ATA DA 318ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2012/2014

Ao primeiro dia do mês de março do ano dois mil e treze, na sala de Reuniões do Edifício Sede, situado na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Defensora Pública-Geral do Estado, Daniela Sollberger Cembranelli. Presentes os (as) Conselheiros (as): Bruno Ricardo Miragaia Souza, Fabiana Botelho Zapata, Franciane de Fátima Marques, José Moacyr Doretto Nascimento, Juliana Saad, Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Luciano Alencar Negrão Caserta, Marcia Regina Garutti, Rafael Bessa Yamamura, Rafael Valle Vernaschi, Vitore André Zilio Maximiano, Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon Leme Cardoso, e Representando a Apadep, Rafael Moraes Português de Souza. A Presidente iniciou a sessão às 09h40min com a solenidade de posse do Defensor Público Ivan Gomes Medrado. A Presidente discursou sobre a instituição e desejou boas vindas ao empossado, passando a palavra aos conselheiros. A Conselheira Luciana Zaffalon desejou boas vindas ao novo Defensor Público. O Representante da Apadep, Rafael Português desejou boas vindas e colocou-se a disposição. Os cumprimentos foram reiterados pelos demais Conselheiros. A Presidente encerrou a solenidade de posse, e encaminhou para aprovação a ata da 313ª Sessão Ordinária, e aprovou-se por unanimidade. Comunicou que, na última segunda-feira, a pedido do Governador do Estado, Geraldo Alckmin para tratar da atuação da Defensoria na área da infância e juventude. Comunicou que será agendada uma nova reunião para tratar da remuneração de Servidores e Defensores. Relatou que, ainda nesta semana, se reuniu com o Secretário de Estado de Segurança Pública, Fernando Grella para tratar de diversos assuntos, citando a comissão contra letalidade policial, transporte de presos, violência policial, programas que expõem detentos. Relatou que houve destaque sobre o sistema de gestão de flagrantes, alimentando pela SSP e utilizado por Defensores Públicos, isto porque a central atualmente passa por reformulações para que a Defensoria tenha acesso de fato a todos os autos de prisão em flagrante, tendo a CTI acompanhado os procedimentos. Avaliou produtiva a reunião e necessária para estreitar relações com aquela Secretaria, diante de uma pauta de promoção dos Direitos Humanos. Relatou que, nesta semana, se reuniu com o Presidente da Apadep, Rafael Português para tratar do pleito de afastamento de um novo cargo para a associação, justificado pelo cumprimento da Lei Complementar que prevê três afastamentos para a entidade com mais de quinhentos associados. Lembrou aos Conselheiros que na próxima sexta-feira haverá concurso de remoção e escolha de vagas no primeiro item da pauta. Comunicou que na mesma data houve agendamento de sessão extraordinária na parte da tarde para julgamento de processos administrativos disciplinares. Relembrou também, que na próxima quinta-feira haverá sessão extraordinária para discussão de processos em pauta do Conselho Superior. Relatou que a Defensoria Geral obteve uma decisão favorável em importante mandado de segurança impetrado para garantir o reconhecimento da capacidade postulatória de Defensor Público. Comunicou que a Administração Superior elaborou e enviou aos integrantes do Conselho Superior uma proposta inicial de cronograma para discussão sobre a distribuição dos próximos duzentos e noventa cargos de Defensores Públicos. Esclareceu que haverá três etapas. Apontou que a primeira, visa apresentar os estudos feitos após coleta de dados, a segunda etapa contempla a validação desses estudos, tendo a participação de Defensores e da Sociedade Civil, e por fim, a terceira etapa abordaria na formulação, apresentação e aprovação de uma proposta para a distribuição desses cargos. Não havendo mais comunicações da Presidência e da Secretaria, passou-se ao momento aberto. A Presidente franqueou a palavra à primeira inscrita, Kelly Alessandra Machado, Coordenadora Jurídica da Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD). Ela relatou que a entidade é conveniada com a Defensoria desde 2006, e atualmente enfrenta muitas dificuldades em razão ao peticionamento eletrônico. A Presidente franqueou a palavra para a próxima inscrita, Kelly Machado, Representante da ASBRAD. Ela relatou que, atualmente, o retorno das mulheres que fazem o primeiro atendimento na entidade está sendo agendado apenas para o mês de setembro, e solicitou atenção especial da Defensoria Geral nessa questão. A Presidente franqueou a palavra à próxima inscrita, Dalila Figueiredo, Coordenadora da ASBRAD. Ela comentou que o convênio com a Defensoria possibilita o atendimento de situações complexas de violência física e sexual contra mulheres na cidade de Guarulhos. Pediu agilidade para o

agendamento de retorno por parte da Defensoria Pública. A Presidente elogiou o trabalho desenvolvido pela entidade, e apontou que a Defensoria Pública reconhece o importante trabalho desenvolvido pela ASBRAD. Relembrou alguns pleitos atendidos pela ASBRAD, citando o reforço no número de advogados e a diminuição da meta de atendimentos encaminhados mensalmente. Apontou que não foi possível a suspensão do atendimento em razão da adaptação ao peticionamento eletrônico, sem prejuízo de repasse da verba pública. Contudo, destacou a inviabilidade de fazer o repasse de recursos sem a prestação dos serviços previstos, nos termos do convênio. O Conselheiro Vitore Maximiano relembrou que o convênio da Defensoria com a ASBRAD foi alvo de representação da OAB de Guarulhos perante o Ministério Público. Relatou que o feito foi arquivado há cerca de um mês, em virtude da decisão pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADIN que julgou constitucional a celebração de convênios da Defensoria com outras entidades que não a própria OAB. Mostrou preocupação com a informação dada sobre os retornos de atendimento, e se colocou a disposição para estabelecerem medidas para reduzir tal prazo. A Ouvidora Geral, Luciana Zaffalon mostrou preocupação com relação ao peticionamento eletrônico, e considerou que outras entidades podem estar com o mesmo problema levantado pela ASBRAD, e ponderou que não se tem informação de até que ponto o usuário da Defensoria pode ser prejudicado por conta do fato. A Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Silvana Biondani, Conselheira Tutelar da Região da Vila Prudente. Ela relatou que a falta de Varas de Infância e Juventude naquela região é prejudicial aos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho Tutelar, que necessita deslocar-se para localidades distantes, citando Itaquera ou São Miguel Paulista. A Presidente agradeceu a presença e colocou a instituição a disposição para os encaminhamentos de casos. Franqueou a palavra ao próximo inscrito, Érica Meireles, Representante da Associação dos Servidores. Ela solicitou que a Administração Superior intervenha junto aos Coordenadores das Unidades que ainda não entregaram as avaliações de desempenho dos servidores, que o façam, a fim de viabilizar o processo de promoção. A Presidente informou que verificaria e, sendo o caso, reiteraria o pedido. A Representante da Associação, Érica Meireles aproveitou o ensejo, e informou que se reuniu com o relator do processo que trata do projeto de lei que versa sobre a remuneração de servidores, a fim de estudar a possibilidade de concessão de gratificações. O Conselheiro Rafael Vernaschi apontou que deverá elaborar um voto sobre a questão e apresentá-lo posteriormente ao colegiado. A Presidente franqueou a palavra ao próximo inscrito, Henrique Finoti, Representante da Associação de Servidores. Ele comentou que pretende trazer algumas demandas que ainda não foram enfrentadas no âmbito do Conselho Superior, solicitando celeridade na tramitação dos processos. Destacou que a Associação pretende estar presente em todas as sessões do Conselho. A Presidente esclareceu que o volume de discussões e de manifestações tem dificultado o cronograma ideal, mas destacou que é interesse da Administração votar todos os processos existentes na pauta. Franqueou a palavra ao próximo inscrito, Defensor Mateus Oliveira Moro, Presidente da Comissão de Prerrogativas. Ele solicitou a fala no momento da discussão do processo. A Presidente informou que já foi franqueada a sustentação oral na oportunidade da leitura do voto e se precisará sustentar novamente deverá ser no momento aberto. O Defensor Mateus Oliveira considerou que a fala seria mais viável no momento dos debates, e apelou para que possa debater no momento da discussão do processo. A Presidente o informou, novamente, de que não há participação no momento da votação. A Conselheira Luciana Zaffalon manifestou-se contrária ao posicionamento da presidência, e justificou que alguns assuntos são discutidos na hora para que os participantes do momento aberto não fiquem aguardando ingressarem na pauta. O Conselheiro José Moacyr solicitou que o regimento interno seja obedecido. O Conselheiro Rafael Bessa sugeriu abrir a palavra novamente caso seja necessário no momento dos debates. O Conselheiro Luis Gustavo sugeriu aumentar o tempo de fala no momento aberto, caso seja necessário. A Presidente considerou que o tema seja debatido no momento oportuno. Não havendo mais inscritos ao momento aberto, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. O Conselheiro Vitore Maximiano informou que na última semana esteve em reunião na Unidade de Guarulhos, devendo ampliar o projeto de tele-agendamento diante do sucesso. Apontou que no mês de abril está prevista a inauguração de um novo prédio para triagem e atendimento nas áreas cível e família naquela cidade, e ressaltou que neste ano houve a ampliação dos Defensores da Unidade. O Conselheiro Rafael Vernaschi apontou que, no processo de distribuição de cargo houve a deliberação por um modelo de Defensores itinerantes, ou

seja, espelhos para a substituição de Defensores designados e afastados para exercer funções na Administração e Núcleos Especializados. Sugeriu que este modelo fosse aplicado para Defensores Coordenadores de Regionais, e mostrou a necessidade de pensar em novos afastamentos para a Apadep, justificando que passou a contar com mais de quinhentos Defensores associados. Informou que os Conselheiros eleitos enviaram uma resposta à Ouvidoria Geral, relativo ao ofício recebido com indagações de reuniões apontadas como "fechadas" para tratar do projeto de distribuição dos cem primeiros cargos, relatou que enviou formalmente uma resposta dos Conselheiros eleitos à Ouvidoria Geral. Apontou que as reuniões tratavam apenas de discussões de trabalhos, e que as deliberações e votos propriamente ditos foram feitos em sessões ordinárias do Conselho Superior. A Presidente comunicou que também enviou resposta à Ouvidoria nesse sentido. Avaliou as reuniões administrativas sendo produtivas para avançar em temas complexos, inclusive levando em conta as ponderações feitas em reuniões abertas com a sociedade civil. A Conselheira Juliana Saad considerou que não houve qualquer tentativa de minimizar reuniões externas, e pontuou que esse formato pode ser aprimorado, levando em conta sugestões. A Conselheira Luciana Zaffalon informou que não teve acesso ao oficio dos membros do Conselho Superior relativa ao posicionamento das reuniões fechadas. Opinou que as reuniões não viabilizam a participação do Conselho da Ouvidoria, o que entende que garantiria uma discussão mais ampla, e considerou que apesar de não ser vedada a participação de pessoas externas, dificulta a presença da sociedade civil. Por fim, ponderou que deve haver um diálogo mais aprofundado sobre os temas levantados no âmbito do Conselho Superior. O Representante da Apadep, Rafael Português informou o aumento do número de associados por conta da posse dos recém aprovados no V Concurso de Defensores Públicos. Relatou que a Deliberação que institui o vale alimentação aos Defensores Públicos exclui o benefício para o Presidente da Associação, afastado de suas funções, e considerou que o exercício dessa atividade não pode implicar prejuízos. Por fim, informou que a associação está negociando um convênio de plano de saúde para Defensores Públicos, cujos detalhes serão anunciados posteriormente. Relatou que esteve presente na reunião feita na Unidade de São Vicente, em conjunto com os Conselheiros Luciano Caserta, Rafael Bessa e a Coordenadora Geral de Administração, Luciana Jordão. Informou que presenciou as precárias instalações que prejudicam as condições de atendimento da unidade, e relatou que encaminhará sugestões de soluções à Terceira Subdefensoria. A Conselheira Juliana Saad informou que aguardará o relato detalhado, e pontuou que a situação vivenciada pela Unidade é uma preocupação prioritária da Terceira Subdefensoria, que vislumbra uma solução definitiva para os problemas, ainda que em longo prazo. Noticiou que teve um investidor que se dispôs a construir uma sede na região com as especificações exigidas pela Defensoria. O Conselheiro Rafael Bessa relatou que durante sua visita à Unidade de São Vicente, também se discutiu sobre a possibilidade de transição até uma nova sede ficar pronta. Sugeriu a possibilidade de tele-agendamento e de provisionamento de determinadas demandas a entidades conveniadas. Contudo, considerou que as adaptações da unidade, citando a construção de banheiro adaptado e rampa de acesso, deixaram a unidade mais acessível às pessoas com deficiência. A Conselheira Franciane Marques agradeceu a Segunda Subdefensoria pelo empenho de resolver o problema no atendimento da triagem na Barra Funda, e pontuou que a solução encontrada irá melhorar o fluxo de trabalho na unidade. Não havendo mais manifestações, passou-se a ordem do dia. Não havendo mais inscritos, passou-se a ordem do dia. Chamou o processo CSDP nº 019/13. Interessado: Jose Luiz de Almeida Simão. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar mestrado em Direito Político e Econômico na Universidade Presbiteriana Mackenzie, no período de 21 de fevereiro a 16 de maio de 2013. Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O relator manifestou seu voto favorável ao afastamento. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o afastamento do interessado. CSDP nº 280/12. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativas. Assunto: Proposta de Desagravo Público em relação aos Exmos. Defensores Públicos Daniela Skromov de Albuquerque e Carlos Weis. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia. A Presidente franqueou a palavra a Conselheira Juliana Saad para leitura do voto vista, e votou pela homologação de desistência do Defensor Público Carlos Weis e indeferimento do Desagravo à Defensora Pública Daniela Skromov por não haver argumentos consistentes para tal pedido e sugeriu que a interessada seja homenageada em sessão solene. Ela considerou que as

manifestações foram feitas em um contexto de crítica jornalística e que não houve uma ofensa direta a prerrogativas que impedisse a Defensora de atuar. A Presidente franqueou a palavra para a Conselheira Márcia Garutti, para leitura do segundo voto vista. Ela proferiu seu voto vista no sentido similar, e considerou que o desagravo não atingiria o objetivo pretendido, tendo em vista que as manifestações feitas devem considerar o estilo de redação já conhecido do suposto ofensor. Arguiu que, no seu entender, o desagravo não deveria ser analisado pela instituição e sim pela associação. O Defensor Público Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos, Carlos Weis, solicitou o uso da palavra. A Presidente ponderou que o Conselho Superior defina se a palavra será concedida e encaminhou aos conselheiros para discussão. O Presidente da Apadep solicitou que seja franqueada a palavra para esclarecimentos de questão de fato. O Conselheiro Vitore Maximiano ponderou que se a palavra for franqueada, deve ser para o Presidente da Comissão de Prerrogativas. O Representante da Apadep ponderou sobre a importância de ouvir o Coordenador do Núcleo Especializado. O Defensor Público Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos, Carlos Weis, solicitou o uso da palavra. A Defensora Daniela Skromov informou que o Coordenador tem informações do que ocorreu após as publicações que geraram o pedido. Relatou que trabalha com violência policial, e por isso recebe criticas de cunho não apenas pessoal, mas também institucional em decorrência de suas funções. O Defensor Público Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos, Carlos Weis testemunhou as dificuldades enfrentadas pela Defensora Daniela Skromov em virtude dos textos publicados por um jornalista, e relatou que os integrantes do Núcleo Especializado passaram e passam até hoje por dificuldades por conta do ocorrido. Mostrou a importância do apoio institucional ao desagravo. O Presidente da Apadep, Rafael Português elogiou o trabalho desenvolvido pela Defensora Daniela, e considerou que não pode haver obstrução aos trabalhos devendo promover o desagravo como uma demonstração pública de apoio. Por fim, solicitou o testemunho da interessada. A Presidente voltou a ponderar que o colegiado decidiu que não haveria possibilidade de debates. A Conselheira Luciana Zaffalon voltou a registrar que é favorável ao debate, que saiu vencida na primeira vez que esse tema foi discutido, porém não concorda que o colegiado altere seu posicionamento casualmente. O Conselheiro Rafael Vernaschi sugeriu que a palavra seja franqueada a interessada e após termine os debates e encaminhe a votação. Após a discussão, o Colegiado deliberou por unanimidade, que haveria a manifestação de interessados apenas no caso de indagações por parte de Conselheiros, para esclarecimentos. Indagou à interessada se houve alguma representação formal que impeça sua atuação e ofenda sua prerrogativa. A interessada informou que não houve representação formal e testemunhou que as conseqüências levam a ofensa ao exercício de sua função e não pessoal, tendo que reduzir sua atuação por medo das consequências, e considerou importante que seja aprovado o desagravo para respaldar o defensor no exercício dessa função especifica. A Presidente encaminhou a discussão. O representante da Apadep, Rafael Português manifestou-se sobre a falta de respaldo da instituição para o colega atuar nessa área, e registrou a necessidade de enfrentar a situação e o fim da violência policial, registrando que é essa a posição da associação. O Conselheiro relator opinou que a interessada está duplamente vitimizada, primeiro pela atuação da policia e do jornalista e segundo porque está diante do órgão superior da carreira solicitando o desagravo que tem como função blindar a prerrogativa do Defensor Público. Considerou um erro não desagravar a interessada por medo dos efeitos políticos ou liberdade de expressão. O Conselheiro Rafael Bessa elogiou o trabalho da Defensora Daniela Skromov, mas ponderou que a discussão deve ser serena para fazer uma análise técnica do caso. Mencionou precedentes jurisprudenciais, e considerou que não houve violação direta de prerrogativas, pois a publicação no blog do jornalista não colocou impedimentos diretos para o exercício das atribuições de Defensor. O Conselheiro Vitore Maximiano ressaltou o equivoco de elaborar o desagravo neste momento e apontou que caso o Colegiado negue o desagravo à instituição não deixará a interessada desamparada. Ponderou que a instituição saberá enfrentar críticas abusivas e que os colegas devem tomar cuidado com a liberdade de expressão, sugerindo medidas judiciais. Ele lembrou que, à época, a Defensoria Geral publicou uma nota oficial de respaldo à atuação funcional dos Defensores na área da Cracolândia. O Conselheiro Luis Gustavo elogiou a atuação da interessada enquanto Defensora Pública, mas entendeu que não seria o caso de desagravo, e que a Defensoria Pública deve dar todo apoio necessário para proteger a atuação da Defensora. O Conselheiro Rafael Vernaschi também registrou a dificuldade de julgar o pleito, mas entendeu que a ofensa não

denigre o exercício das funções. Ponderou que seria o primeiro desagravo contra a imprensa e que é preocupante esse debate com o jornalismo, justificando que seria complicado o Conselho promover desagravo todas as vezes que manifestações na imprensa criticarem o trabalho de Defensores. A Conselheira Luciana Zaffalon se solidarizou com os prejuízos sofridos decorrentes da matéria publicada, inclusive os movimentos que procuram o Núcleo Especializado de Direitos Humanos, e manifestou-se favorável ao desagravo. O Presidente da Apadep, Rafael Português registrou o posicionamento favorável ao desagravo, e destacou que um dos maiores violadores de direitos humanos vem da imprensa. O Conselheiro Luciano Caserta registrou que houve ofensa em sua atuação e por essa razão, opinou favoravelmente ao desagravo. A Conselheira Fabiana Zapata deu um depoimento sobre um caso similar ocorrido com ela, e sabe o quanto a interessada está sofrendo, porém, por falta de respaldo técnico, opinou pelo indeferimento do desagravo, justificando que não encontra argumento para o impedimento fático em suas funções. A Conselheira Franciane Marques externou seu posicionamento de que o indeferimento do desagravo não significaria o abandono por parte da instituição, e apontou que em caso de ameaça e perseguição a responsabilidade é da Defensoria Geral em garantir. Por fim, considerou que a ofensa do blog teve cunho pessoal e não funcional. O Conselheiro José Moacyr acompanhou o entendimento. O conselheiro relator consignou que há confusão nos argumentos contrários ao desagravo e, portanto, muito difícil alterar seu posicionamento. A Presidente registrou o argumento de que o desagravo não é o instrumento hábil para prestar o apoio a interessada e sim, colocando defensores públicos para darem continuidade ao trabalho, citando o reforço do Núcleo Especializado de Diretos Humanos com um Defensor para atuar exclusivamente com letalidade policial, e oficiando as autoridades, a fim de dar o respaldo a atuação do núcleo junto ao CRATOD e demais atuações. Considerou que o desagravo seria inoportuno e prejudicaria a interessada. Por fim, apontou parecer favorável ao voto da Conselheira Juliana Saad para uma sessão em homenagem ao trabalho da interessada, e encaminhou a votação, e aprovou-se por maioria de votos, foi acolhido o voto da revisora indeferindo o pleito de desagravo, com a previsão de uma sessão do Conselho em homenagem a Defensora Daniela Skromov, tendo em vista a desistência do Defensor Carlos Weis. O Conselho Superior deliberou, por maioria de votos, nos termos do voto da Conselheira Juliana Saad, indeferir o pedido de desagravo. Vencidos os Conselheiros Bruno Ricardo Miragaia Souza e Luciano Alencar Negrão Caserta que votavam pelo deferimento do pedido. CSDP nº 007/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. A Presidente encaminhou para votação e aprovou-se por unanimidade. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indicar a Defensora Pública Adele Aparecida Fernandes Morais para membro do Núcleo Especializado do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Deliberou, ainda, indicar os seguintes Defensores Públicos como suplentes: 1º - Eduardo João Rá, 2ª – Kátia Cilene Oliveira Giraldi, 3ª – Aline Maria Fernandes Morais, 4ª - João Guilherme Ponzoni Marcondes, 5ª - Lúcia Thome Reinert. CSDP nº 246/12. Interessada: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Abertura de inscrições para membros e colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O relator leu o relatório e votou pela indicação da Defensora Maria Alice para a função de Coordenadora. A Presidente encaminhou para deliberação e aprovou-se por unanimidade. O Conselheiro José Moacyr Doretto declarou-se suspeito. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indicar a Defensora Pública Maria Alice Packness Oliveira de Macedo para a Coordenação do Núcleo Especializado do Idoso e da Pessoa com Deficiência. CSDP nº 031/13 (Excetuado à pauta). Interessada: Renata Flores Tibyriçá. Assunto: Pedido de afastamento para cursar disciplinas do Mestrado junto ao programa Pós Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, às terças-feiras, nos meses de março e abril de 2013. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O relator leu o relatório e votou pelo deferimento do afastamento. A Presidente encaminhou para deliberação e aprovou-se por unanimidade. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento da interessada. CSDP nº 026/13 (Excetuado à pauta). Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 30/07 (que fixa o número de estagiários de direito e os distribui entre as Defensorias Regionais do Interior, da Região Metropolitana e

da Capital, os Núcleos Especializados e a Escola da Defensoria Pública). Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia. O relator leu o relatório e votou pelo desmembramento do pleito, além da conversão em diligencia. A Presidente encaminhou para deliberação e aprovou-se por unanimidade. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar o pedido de aumento no número de estagiários de direito no que tange a Capital e desmembrar os autos, a fim de que seja apensado ao processo CSDP nº 004/13. Declararam voto os Conselheiros Vitore André Vitore Maximiano, Luciano Alencar Negrão Caserta e Franciane de Fátima Marques. CSDP nº 163/12. Interessado: Daniel Guimarães Zveibil. Assunto: Impugnação a lista de antiguidade, no concurso de remoção de Defensor Público. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 302/12. Interessada: Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (Regimento Interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 345/12. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2012). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 362/12. Interessados: Coordenadores dos Núcleos Especializados. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 84/08 (abre prazo para os Defensores Públicos se inscreverem para participar, como membros ou colaboradores, dos Núcleos Especializados, fixa o limite de seus integrantes, e dá outras providências). Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 295/12. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na instituição). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 335/12. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 21/2006 (Cria as Defensorias Públicas Regionais da Capital e de sua Região Metropolitana). Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 353/12. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 050/07 (que cria e regulamenta a Comissão de Acompanhamento do Estágio Probatório). Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 355/12. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 357/12. Interessado: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 360/12. Interessada: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 187/10 (disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros de Atendimento Multidisciplinar). Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 135/11. Interessados: Segunda e Terceira Subdefensoria Públicas Gerais. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de

março de 2013. CSDP nº 141/12. Interessado: Daniel Guimarães Zveibil. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 91/08, que cria a Comissão de Prerrogativas da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e regulamenta sua atividade. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 007/12. Interessado: Ouvidoria-Geral e Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 89/08 (que versa sobre os critérios de atendimento em vigor da Defensoria Pública). Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 271/12. Interessado: Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP n° 55/2008, que institui o Sistema de tratamento das Manifestações dos Usuários no âmbito da Ouvidoria-Geral da Defensoria. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 274/12. Interessado: Arthur Soares Pinto Moser. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 89/08 (que versa sobre os critérios de atendimento em vigor da Defensoria Pública). Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 002/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (abril de 2012 a setembro de 2012). Relator: Conselheiro José Moacyr Doretto Nascimento. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 004/13. Interessado: Coordenador da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 30/07 (que fixa o número de estagiários de direito e os distribui entre as Defensorias Regionais do Interior, da Região Metropolitana e da Capital, os Núcleos Especializados e a Escola da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 005/13. Interessado: Marina Giangiacomo Bonilha. Assunto: Requerimento de licença para tratar de interesses particulares, sem vencimentos, pelo período de 01 (um) ano. Relatora: Conselheira Márcia Regina Garutti. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 008/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (julho a dezembro de 2012). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 009/13. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (Agosto a Janeiro de 2013). Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 023/13. Interessado: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de anteprojeto de lei complementar que dispõe sobre a classificação dos vencimentos dos integrantes do subquadro de apoio da Defensoria Pública, instituido pela Lei Complementar nº 1.050/08, e dá providências correlatas. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CSDP nº 028/13. Interessado: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública de Taubaté. Assunto: Pedido de afastamento para participar do III Curso de Educação em Direitos "Promotoras Legais Populares de Pindamonhangaba/SP. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CGDP CAEP nº 018/11. Interessada: Carolina Dalla Valle Bedicks. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de

2013. CGDP CAEP nº 065/11. Interessado: Paulo Andre Costa Carvalho Matos. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CGDP CAEP nº 007/11. Interessada: Anna Cecilia Silva Ferreira de Oliveira. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CGDP CAEP nº 029/11. Interessado: Diogo Cesar Perino. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CGDP CAEP nº 019/11. Interessada: Cecilia Cardoso Soares. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Juliana Saad. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CGDP CAEP nº 056/11. Interessada: Marcelli Penedo Delgado Gomes. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luciano Alencar Negrão Caserta. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CGDP CAEP nº 074/11. Interessada: Simone Lavelle Godoy de Oliveira. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CGDP CAEP nº 060/11. Interessado: Marina Costa Craveiro Silva. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CGDP CAEP nº 036/11. Interessado: Fernando Artacho Carvalho Martins. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CGDP CAEP nº 044/11. Interessada: Larissa Grimm Bakri. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Rafael Valle Vernaschi. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CGDP CAEP nº 042/11. Interessado: Jonas Zoli Segura. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Vitore André Zilio Maximiano. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CGDP CAEP nº 032/11. Interessado: Eric Guilherme Ferreira de Carvalho. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CGDP CAEP nº 002/11. Interessado: Alex Gomes Seixas. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CGDP CAEP nº 076/11. Interessada: Tatiana Mendes Simões Soares. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. CGDP CAEP nº 016/11. Interessada: Carla Pinheiro. Assunto: Defensor Público em estágio probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior deliberou, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a 48ª sessão extraordinária que se realizará em 07 de março de 2013. Não havendo mais processos na ordem do dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Andrea Silva Britto, Secretária do Conselho Superior da Defensoria Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo ao primeiro dia do mês de março do ano dois mil e treze.

Daniela Sollberger Cembranelli
Presidente

Marcia Regina Garutti
Conselheira

Juliana Saad
Conselheira

Vitore André Zilio Maximiano
Conselheiro

Bruno Ricardo Miragaia Souza
Conselheiro

Fabiana Botelho Zapata
Conselheira

Franciane de Fátima Marques
Conselheira

José Moacyr Doretto Nascimento
Conselheiro

Luciana Zaffalon Leme Cardoso
Conselheira

Luciano Alencar Negrão Caserta
Conselheiro

Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
Conselheiro

Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro

Rafael Valle Vernaschi
Conselheiro

Rafael Morais Português de Souza
Representante da Apadep